



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Kant e a dispensa do Sublime em obras de arte
<b>Autor</b>	THIAGO GRUNER CONCEIÇÃO
<b>Orientador</b>	KATHRIN LERRER ROSENFELD

## KANT E A DISPENSA DO SUBLIME EM OBRAS DE ARTE

Profª Drª. Kathrin H. Rosenfield  
Thiago Gruner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Na abertura da Analítica do Sublime de sua *Crítica da faculdade do juízo* (1790), Kant parece prever um sublime “em objetos da natureza” (*an Naturobjekten*) e outro “da arte” (*das der Kunst*) (§23). No entanto, por todo o resto da obra, Kant não faz a menor análise do tal sublime “da arte” – empregando numerosas referências, pelo contrário, às “coisas da natureza”.

Assim, o objetivo da presente pesquisa foi o de investigar se este silêncio no texto da *Crítica* excluiria teoricamente o sublime em objetos artísticos.

A metodologia consistiu, quanto às fontes primárias, em leitura da terceira *Crítica* (com análise detida na ‘Analítica do Sublime’ e ‘Observação geral da exposição sobre os juízos reflexivos estéticos’). Quanto às fontes secundárias, analisaram-se os argumentos de Uygur Abaci (2010) e Mojca Kuplen (2015), contrários à possibilidade do sublime artístico; e de Robert Clewis (2010) e Robert Wicks (2007), favoráveis a um sublime nas artes.

Ao final, a pesquisa concluiu pela *impossibilidade* teórica de um juízo estético do sublime ocasionado por obras de arte, nos moldes da terceira *Crítica*.

Tal como apresentadas na terceira *Crítica*, as razões para uma impossibilidade do sublime artístico são não apenas textuais, mas também próprias do sistema filosófico de Kant.

Em resumo, o juízo do sublime funda-se na (falha de) compreensão da *grandeza* de um objeto “observado como sem forma” (§23, 24 e 25), desconsiderados quaisquer conceitos de *fins* (§23). Ora, isto afasta a possibilidade de sua ocorrência em uma obra de arte. Diz Kant que “não tem de se apresentar o sublime em produtos da arte, onde um fim humano determina tanto a forma como a grandeza (...), mas na natureza bruta” (§26). Se a pretensa obra não pudesse ser distinguida de um produto da natureza bruta ou considerada como uma “obra dos homens” em sua ponderação racional, simplesmente não seria obra de arte (§43). Precisamos ter “consciência dela *como arte*” (§45).

O sublime exclusivo à objetos da natureza ganha força à luz do todo do sistema de kantiano. Uma vez entendido como “objeto (da natureza), cuja representação determina o ânimo a imaginar a inacessibilidade da natureza como apresentação de ideias” (cfe. a *Observação*), o sublime é a chave estética que abre-nos para a *liberdade humana cognitiva e moral* capaz de se dar as referidas ideias. O sublime nos faz “ser conscientes de ser superiores à natureza” dentro e fora de nós (§28). O conceito pesquisado e assim justificado, portanto, alinha-se ao projeto teórico de erguer como que uma ponte entre o mundo natural sensível e a racionalidade humana “*suprassensível*” - no que Kant aponta, destaca-se, uma “superioridade sobre a sensibilidade” (*Observação*).